



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008962-53.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação**
 Requerente: **Wilson de Oliveira**
 Requerido: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Anulatória de Auto de Infração de Trânsito c.c. danos morais, ajuizada por **WILSON DE OLIVEIRA** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**. Relatou o autor que, em 07/01/2017, às 11:57 horas, na rua Passeio dos Flanboyants, nº 200 (Estacionamento do Shopping Iguatemi), foi autuado por estacionar em vagas reservadas a idosos sem credencial (AIT E48-0001260). Sustenta ser nulo o auto de infração, uma vez que foi autuado como incurso no art. 181, X, do CTB, por estar "impedindo a movimentação de outro veículo". Afirma que "o veículo estava estacionado em área do shopping center, que por sinal é pago, sendo a atitude do agente considerada intromissão no estacionamento particular". Pretende, dessa maneira, a anulação do referido AIT, bem como a condenação do requerido ao pagamento de indenização pelos danos morais que diz ter sofrido.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 5/22.

Ao autor foram deferidos os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (fl. 23).

Foi recebida a emenda da petição inicial, para ficar consignado que o valor da causa corresponde R\$12.154,00.

Citado (fl. 31), o Município de São Carlos apresentou contestação, sustentando a legalidade da infração imposta. Assevera que, ao contrário do alegado, não houve ato ilícito capaz de gerar a indenização pleiteada. Requer a improcedência do pedido. Juntou documentos (fls. 43/57).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Houve réplica (fls. 61/63).

Vieram aos autos as fotografias de fls. 68/70, tendo o autor se manifestado às fls. 73/74.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento antecipado, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, visto que está instruído com as provas necessárias ao julgamento, não havendo a necessidade de produzir outras provas.

Os pedidos são improcedentes.

Inicialmente, convém salientar que o auto de infração lavrado por autoridade competente goza de presunção de legitimidade, que, nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello é a “qualidade, que reveste tais atos, de se presumirem verdadeiros e conformes ao direito, até prova em contrário. Isto é: milita em favor deles uma presunção juris tantum de legitimidade” (Curso de Direito Administrativo, p.419, Malheiros, 27ª ed.).

Assim, de acordo com o mesmo autor: “... o ato administrativo quer seja impositivo de uma obrigação, quer seja atributivo de uma vantagem, é presumido como legítimo...” (Curso de Direito Administrativo, p.421, Malheiros, 27ª ed.).

No caso em questão, as provas produzidas não são aptas a afastar a presunção de legitimidade do ato. O autor não demonstrou qualquer ilegalidade passível de anulação, limitando-se a alegar que seu veículo estava estacionado em área privada.

Pois bem.

É certo que o autor possui cartão que lhe garante prioridade para estacionar em vagas disponíveis para idosos (fls. 18/19), porém, as fotografias de fls.68/69 comprovam que o cartão de vaga especial não estava exposto no painel do veículo.

A Resolução do Contran nº 303, de 18.12.2008, que dispõe sobre as vagas de estacionamento de veículos destinadas exclusivamente às pessoas idosas, prevê expressamente a necessidade de exibição de credencial sobre o painel do veículo, com a frente voltada para cima, nestes termos:

Art. 3º Os veículos estacionados nas vagas reservadas de que trata esta Resolução deverão exibir a credencial a que se refere o art. 2º sobre o painel do veículo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

com a frente voltada para cima.

E o art. 4º complementa:

Art. 4º O uso de vagas destinadas às pessoas idosas em desacordo com o disposto nesta Resolução caracteriza infração prevista no art. 181, inciso XVII do CTB.

Prevê o artigo 181, XVII, do Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 181. Estacionar o veículo:

XVII - em desacordo com as condições regulamentadas especificamente pela sinalização (placa - Estacionamento Regulamentado):

~~Infração - leve;~~

Infração - grave; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência).

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção do veículo;

Por certo que cabe à parte autora se atentar para que a credencial esteja à mostra, de maneira a atender o preceito normativo, não podendo ser anulado o ato administrativo em razão de negligência do(a) condutor(a) do veículo.

No mais, equivoca-se a parte autora ao afirmar que a atitude do agente deve ser considerada intromissão no estacionamento particular (fl.2). Com efeito, dentro de sua competência constitucionalmente estabelecida e assegurada pelo Código de Trânsito Brasileiro, o Município possui competência legal para exercer o poder de polícia para fiscalização e autuação de trânsito, nos termos do artigo 173, §1º, inciso II, e §2º da Constituição Federal.

Por fim, destaco que não há nenhuma mácula no auto de infração por eventual errônea capitulação legal da infração de trânsito, pois a parte autuada se defende dos fatos e não do artigo de lei que fundamenta a penalidade. Nulidade haveria apenas em caso de "*inexistência atual de norma jurídica embasadora do ato, por exemplo, o ato fundamentou-se em norma revogada*" (MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 15 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 162).

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, declarando extinto o processo de conhecimento, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de Processo Civil.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009, competência esta absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal. **Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAZ, providencie a serventia a necessária redistribuição.**

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 19 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**